XX Reunião do Conselho Regional de Planejamento do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES)
Brasília, 2 e 3 de outubro de 2025

Distr.
LIMITADA

LC/CRP.20/6
3 de outubro de 2025

PORTUGUÊS
ORIGINAL: ESPANHOL

2500599[pt]

Vigésima Reunião do Conselho Regional de Planejamento
do Instituto Latino-Americano e do Caribe
de Planejamento Econômico e Social (ILPES)

Décima Nona Conferência de Ministros e Chefes de
Planejamento da América Latina e do Caribe

Brasília, 2 e 3 de outubro de 2025

AGENDA REGIONAL DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

NAÇÕES UNIDAS
CEPAL

A. ANTECEDENTES

O Conselho Regional de Planejamento, órgão subsidiário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) encarregado da orientação substantiva das atividades do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), é integrado pelos ministros ou outras autoridades em matéria de planejamento dos Estados membros da América Latina e do Caribe.

Constitui um espaço de diálogo técnico-político intergovernamental que facilita o intercâmbio por parte das autoridades de planejamento de experiências e conhecimentos a respeito da maneira de superar os desafios que apresenta a construção de uma cultura de futuro no âmbito nacional e subnacional, fortalecer a gestão pública e potencializar as capacidades técnicas e políticas do Estado para impulsionar uma cultura de aprendizagem contínua e uma maior colaboração com múltiplos atores.

Na XIX Reunião do Conselho Regional de Planejamento do ILPES, realizada de 7 a 9 de novembro de 2023 em Santo Domingo, decidiu-se iniciar a negociação de uma agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe com o objetivo de identificar linhas prioritárias de trabalho para os próximos cinco anos alinhando esforços e recursos e compartilhar aprendizagens, de modo a gerar capacidades para avançar rumo a um desenvolvimento mais produtivo, sustentável e inclusivo na região.

Na XXX Reunião da Mesa Diretora do Conselho Regional de Planejamento, realizada na sede da CEPAL em Santiago, nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, a República Dominicana, na qualidade de Presidência do Conselho, apresentou uma proposta de diretrizes para a agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Os países aprovaram essas diretrizes e decidiram organizar, durante o primeiro semestre de 2025, diálogos entre múltiplos atores, realizados no dia 31 de março no âmbito da Oitava Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, nos quais foram abordados cada um dos seguintes quatro eixos da agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe:

i) Governança, institucionalidade e diálogo social.
ii) Dimensão de futuro e governança antecipatória no paradigma do desenvolvimento sustentável.
iii) Coordenação para obter coerência e integralidade nas políticas públicas.
iv) Avaliação, valor público e estabelecimento de uma cultura de aprendizagem contínua.

De maneira complementar, realizou-se uma pesquisa virtual no âmbito da Rede de Planejamento para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe do ILPES e foram organizadas duas sessões virtuais nas quais se apresentaram as diretrizes estratégicas propostas para cada um dos eixos temáticos da agenda proposta.

Em virtude do exposto anteriormente, a Mesa Diretora do Conselho Regional de Planejamento apresenta para consideração e aprovação do Conselho Regional o seguinte projeto de agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

B. AGENDA REGIONAL DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Eixo 1: Governança, institucionalidade e diálogo social

Objetivos estratégicos

1. **Implementar mecanismos de governança colaborativa com enfoque de governo aberto, orientados a ampliar a participação cidadã, fortalecer a prestação de contas e construir consensos sociais que legitimem as decisões públicas**

Linhas de ação

- Formular e aplicar metodologias de governança colaborativa que incorporem princípios de governo aberto (transparência, participação, prestação de contas e colaboração) na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

- Desenvolver diálogos sociais entre múltiplos atores que considerem as assimetrias de poder para garantir que a tomada de decisões conte com legitimidade social.

- Pesquisar e gerar aprendizagens sobre os fatores habilitadores e obstaculizadores para a criação de políticas públicas com atores diversos.

- Ajustar marcos legais para a criação de políticas públicas com múltiplos atores.

- Fortalecer a participação cidadã mediante ações que garantam a liberdade de associação, a participação significativa da cidadania e a abertura de canais institucionais para o diálogo e a incidência.

2. **Obter novos estilos de liderança institucional éticos, inclusivos e colaborativos, com o fim de fortalecer culturas organizacionais abertas e gerar maior confiança cidadã nas instituições**

Linhas de ação

- Formular e implementar programas de formação para líderes públicos, concentrados em soft skills, liderança transformacional, ética pública, enfoque de gênero, inclusão e trabalho colaborativo.

- Fomentar uma comunicação aberta e horizontal dentro das organizações públicas, mediante o desenvolvimento de espaços de participação e mecanismos de retroalimentação entre funcionários.

- Fomentar o desenvolvimento profissional com estratégias de reconhecimento do desempenho e incentivos.

- Promover a autonomia e o compromisso do pessoal público, desenvolvendo estilos de liderança que deleguem funções, reconheçam os resultados coletivos e gerem ambientes de trabalho positivos.

3. **Fornecer serviços digitais eficazes e inclusivos, avançando na transformação digital do Estado com enfoque de direitos, inovação pública e participação cidadã, para melhorar a confiança nas instituições e a equidade no acesso aos serviços**

Linhas de ação

- Fomentar a participação digital da cidadania mediante consultas eletrônicas, o uso de plataformas digitais colaborativas e mecanismos acessíveis e adaptáveis à diversidade de usuários.

- Desenvolver capacidades digitais na força de trabalho pública, através de programas de formação contínua em competências digitais, inteligência artificial, cibersegurança, dados abertos e serviços digitais focados nas pessoas.

- Impulsionar o uso ético, transparente e responsável da inteligência artificial como bem público, assegurando sua aplicação para o bem comum, com marcos regulatórios, participação social e princípios de equidade e não discriminação.

- Desenvolver e fortalecer os ecossistemas de dados abertos e interoperáveis promovendo o uso e a reutilização de dados públicos em formatos abertos, que gerem informação para a tomada de decisões com base em dados.

- Promover a evolução de um governo aberto para um Estado aberto e inteligente, integrando tecnologias emergentes (como macrodados, cadeias de blocos, Internet das coisas e inteligência artificial) com princípios de transparência, participação, prestação de contas e colaboração entre poderes do Estado e níveis de governo.

- Fortalecer os sistemas informáticos, os processos de digitalização, o desenvolvimento de plataformas e o investimento em pesquisa tecnológica a fim de identificar soluções para os problemas públicos multidimensionais e fomentar o desenvolvimento do governo e do Estado abertos.

Eixo 2: Dimensão de futuro e governança antecipatória no paradigma do desenvolvimento sustentável

Objetivos estratégicos

1. **Incorporar a governança antecipatória e a institucionalização de ecossistemas prospectivos na gestão do planejamento e nos processos de inovação pública, estabelecendo uma cultura de futuro nas instituições**

Linhas de ação

- Estabelecer workshops dedicados à prospectiva e ao planejamento estratégico nos Estados articulados com centros de inovação e planejamento territorial para obter um maior impacto.

- Integrar metodologias prospectivas no ciclo das políticas públicas (formulação, programação, orçamento, implementação, acompanhamento e avaliação) assegurando a retroalimentação institucionalizada em todas as fases do ciclo.

- Implementar projetos-piloto de inovação pública que respondam a cenários alternativos, com colaboração público-privada para explorar soluções inovadoras, inclusive os mecanismos de avaliação participativa em cada projeto-piloto.

- Implantar laboratórios de inovação em setores estratégicos para experimentar mecanismos, metodologias e novas tecnologias que tenham um impacto na produtividade do setor público.

- Fortalecer os elementos prospectivos na gestão do investimento público.

2. Melhorar as capacidades institucionais em matéria de prospectiva e governança antecipatória em todos os níveis do Estado

Linhas de ação

- Estabelecer programas de capacitação específicos nas áreas de prospectiva e governança antecipatória, adaptados aos contextos de cada país, conectando estes programas com redes de aprendizagem entre pares.

- Estabelecer programas de desenvolvimento de capacidades orientados à integração da prospectiva e governança antecipatória ao ciclo do planejamento e realização de orçamentos, alinhando esses programas com marcos institucionais existentes para evitar duplicações.

- Promover programas de estudo de prospectiva que incluam um enfoque de territorialidade e diversidade sociocultural.

- Fomentar o intercâmbio de pares e a aprendizagem entre países e territórios que permita compartilhar boas práticas e desafios futuros.

3. Institucionalizar a prospectiva nos Estados através do conhecimento de métodos e processos prospectivos

Linhas de ação

- Organizar mesas de trabalho intersetoriais de exploração de cenários futuros, em conformidade com a governança colaborativa, promovendo a aprendizagem colaborativa e a construção de capacidades prospectivas, incorporando a sistematização das aprendizagens.

- Implementar sistemas de acompanhamento e vigilância do futuro que aplique a inteligência estratégica para identificar sinais fracos, oportunidades emergentes e riscos potenciais, articulados com mecanismos de alerta antecipado e inovação.

- Gerar alianças estratégicas com organismos internacionais para desenvolver soluções inovadoras e fortalecer a oferta de assistência técnica e capacitação na região, priorizando o apoio em países com menor desenvolvimento institucional prospectivo.

- Promover a institucionalização dos processos prospectivos nos diferentes atores do desenvolvimento, vinculando-os com o planejamento e a criação de orçamentos para uma maior viabilidade e eficácia.

- Desenvolver mecanismos de articulação das estratégias de longo prazo com os planos e políticas de curto e médio prazo, assegurando a coerência intertemporal e interinstitucional com instrumentos concretos.

4. Impulsionar a prospectiva política com análise estratégica para viabilizar a implementação e sustentabilidade das políticas públicas

- Fortalecer as capacidades analíticas prospectivas sobre conflitos vinculados a propostas de políticas públicas com base em novas metodologias e ferramentas que permitam identificar soluções e recomendações para sua implementação.

5. Promover a prospectiva tecnológica para impulsionar o desenvolvimento sustentável

Linhas de ação

- Criar observatórios de prospectiva tecnológica para fazer um acompanhamento dos avanços nas áreas de inteligência artificial, automatização, biotecnologia e outras inovações importantes para cada país.

- Estabelecer alianças estratégicas entre o governo, o setor privado e o setor acadêmico para formular cenários tecnológicos futuros e propostas de políticas públicas.

6. Favorecer a incorporação da prospectiva territorial para avançar rumo ao desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios

- Fortalecer a governança multiator e multinível mediante plataformas de diálogo entre os níveis de governo nacional, subnacional e local, que facilitem a construção de um enfoque integral e territorial do futuro.

- Desenvolver metodologias prospectivas para o planejamento no território e criar capacidades para os governos locais na matéria.

- Desenvolver e aplicar metodologias de priorização de projetos de investimento com enfoque territorial, que tendam ao fechamento de lacunas territoriais e promovam a prospectiva territorial.

7. Incorporar a prospectiva social na gestão de políticas públicas por meio do diálogo e da participação social, para a construção de visões de futuro

- Promover a criação ou a atualização de planos de futuros participativos mediante consultas nacionais ou territoriais para construir visões compartilhadas de futuro com enfoque social.

- Fortalecer plataformas de participação social que fomentem a criação conjunta e a visão de futuro.

Eixo 3: Coordenação para obter coerência e integralidade nas políticas públicas

Objetivos estratégicos

1. **Obter uma gestão integrada e eficiente do setor público, transformando a cultura organizacional para incentivar a colaboração, o trabalho em equipe e a coordenação entre instituições**

Linhas de ação

- Impulsionar uma cultura organizacional que valorize a colaboração, a aprendizagem mútua e a criação de sinergias entre diferentes atores do setor público, setor privado e sociedade civil.

- Desenvolver capacidades mediante capacitação, plataformas de informação pública e repositórios de casos que facilitem o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos.

- Desenvolver mecanismos, marcos legais ou instituições que facilitem a colaboração entre diferentes níveis de governo, com o fim de criar políticas coerentes e integrais que respondam às necessidades da população, e evitar o aumento das assimetrias de poder entre instituições ou os riscos de hiperinstitucionalização.

2. **Impulsionar o desenvolvimento de incentivos que fortaleçam a coordenação interinstitucional e a tomada de decisões articulada para a formulação de políticas públicas integrais, adaptadas ao contexto, que combinem enfoques temáticos e procedimentais**

Linhas de ação

- Promover a integralidade das políticas públicas mediante a formulação e implementação de enfoques transversais que reconheçam as interconexões entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas agendas nacionais de desenvolvimento de longo prazo, fomentando soluções que gerem impactos positivos em múltiplas dimensões —sociais, econômicas e ambientais— e evitando intervenções isoladas que comprometam a coerência e sustentabilidade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

- Revisar (e reformular, se necessário) os marcos legais e institucionais que permitam a implementação efetiva de políticas públicas integrais, com atribuição de competências, criação de mecanismos de transparência e definição de responsabilidades para garantir uma prestação de contas clara e de ampla convocação.

- Estabelecer sistemas de governança colaborativa que facilitem a coordenação entre as instituições setoriais envolvidas, com papéis, responsabilidades e modalidades de coordenação entre níveis nacionais, intermediários e locais definidos, que incluam a participação de atores não governamentais.

- Promover a capacitação constante dos funcionários públicos encarregados de formular, implementar e avaliar políticas públicas com enfoque de integralidade, delineando com cada setor responsabilidades e resultados prometidos a fim de não sobrepor ações e vontades.

- Fomentar o trabalho colaborativo e multidisciplinar, para criar espaços de inovação pública e para o estabelecimento de parcerias público-privadas, fortalecendo a estabilidade do serviço público.

- Analisar e reformular os orçamentos nacionais e subnacionais com uma lógica intersetorial, que respondam a um enfoque de gestão por resultados e permitam a implementação de políticas públicas integrais e o desenvolvimento de políticas com um orçamento de acordo com as necessidades desde o início.

- Desenvolver estratégias de comunicação, informação e difusão para a cidadania eficazes enfatizando o enfoque de integralidade.

3. Identificar o nível de intervenção da política pública de acordo com o alcance e os recursos disponíveis e sua relação com os objetivos de longo prazo

Linhas de ação

- Determinar o alcance das intervenções públicas, definindo os resultados esperados, a magnitude do impacto e os recursos disponíveis e necessários.

- Para as intervenções de nível médio ou grande, identificar as necessidades de recursos, prazos e responsabilidades que permitam assegurar o compromisso no longo prazo e assim garantir a implementação sustentável das políticas públicas.

4. Garantir a coerência nas políticas públicas, especialmente a coerência interna, externa e com outras políticas públicas vigentes no país

Linhas de ação

- Revisar a coerência interna das políticas públicas, assegurando que os objetivos, linhas de ação, indicadores e metas sejam consistentes e estejam alinhados com o problema identificado.

- Implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação para obter a coerência das políticas públicas.

- Verificar a coerência externa das políticas públicas para assegurar que as normas e os instrumentos de planejamento existentes no país, no âmbito dos sistemas nacionais de planejamento, orçamento nacional e sistema de investimento público, estejam em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo país, conforme o caso.

- Revisar a coerência entre as políticas propostas e outras políticas existentes, evitando duplicações e contradições que possam gerar fricções ou resultados inconsistentes, e desenvolvendo instrumentos que permitam sistematizar os elementos de políticas públicas para poder identificar os alinhamentos e evitar duplicidades.

- Construir cadastros de políticas públicas nacionais e subnacionais que incluam o nível de implementação, os avanços e, se possível, os resultados, para mapear o ecossistema de políticas vigente em cada país.

5. **Promover mecanismos de coordenação que articulem os níveis político, técnico e financeiro, assegurando uma gestão pública integral, coerente e eficiente na implementação das políticas, com uma clara distribuição de competências**

Linhas de ação

- Criar um marco institucional com objetivos, alcances, papéis e responsabilidades definidos para os diversos atores.

- Promover as capacidades dos serviços públicos em todos os níveis do Estado de maneira a reduzir as atuais assimetrias territoriais existentes entre os níveis central, intermediário e local de governo.

- Facilitar o intercâmbio de informações atualizadas e relevantes entre as instituições e atores, com mecanismos de controle e proteção de dados e informação que garanta a integridade pública.

- Definir princípios básicos que orientem a política pública, alinhando-a aos objetivos do governo e ao modelo de desenvolvimento proposto, que garantam pontes para a coordenação política e administrativa.

- Resguardar o bom uso dos recursos públicos, distribuindo-os de acordo com o orçamento e levando em conta a eficácia na sua execução, de modo a permitir uma correta implementação das políticas.

- Promover a coordenação financeira e as sinergias entre as instituições públicas e o setor privado, mediante mecanismos de parcerias público-privadas e a articulação com governos subnacionais e considerando a cooperação internacional.

- Definir mecanismos que assegurem o alinhamento entre as políticas e os recursos disponíveis, gerindo de maneira eficiente o cumprimento de objetivos, relacionando o gasto com sistemas de acompanhamento centralizados focados na prestação de contas, com estratégias de comunicação para a cidadania (transparência).

Eixo 4: Avaliação, valor público e estabelecimento de uma cultura de aprendizagem contínua

Objetivos estratégicos

1. **Fortalecer os marcos legais e institucionais dos sistemas de acompanhamento e avaliação, para assegurar sua sustentabilidade, estabilidade política e independência técnica e seu uso na tomada de decisões públicas**

Linhas de ação

- Criar e atualizar marcos legais que regulem o funcionamento dos sistemas de acompanhamento e avaliação como política de Estado, garantindo sua continuidade para além dos ciclos políticos.

- Definir funções, responsabilidades e mecanismos de articulação entre os diferentes atores que participam nos sistemas de acompanhamento e avaliação (governos, sociedade civil, setor acadêmico, setor privado), promovendo sua participação ativa e coordenada.

- Estabelecer mecanismos de financiamento sustentável e previsível que permitam o funcionamento contínuo dos sistemas de acompanhamento e avaliação, inclusive em contextos de restrição fiscal, garantindo a sustentabilidade e continuidade das avaliações.

- Assegurar a independência técnica dos sistemas, reforçando sua credibilidade, imparcialidade e qualidade, sem enfraquecer seu vínculo operacional com o poder executivo, e garantir seu uso na tomada de decisões.

2. Integrar o acompanhamento e a avaliação em todas as fases da gestão pública para garantir que os resultados desses processos retroalimentem os processos de planejamento, dotação orçamentária e implementação, obtendo uma melhoria contínua das políticas públicas baseada em dados

Linhas de ação

- Desenvolver sistemas de acompanhamento centralizado (quadros de controle, relatórios de progresso) para fazer um acompanhamento do cumprimento de objetivos e metas, com o uso de indicadores de desempenho.

- Assegurar que os sistemas de acompanhamento e avaliação funcionem com base em dados, resultados e impactos nas políticas públicas.

- Considerar nas avaliações a geração de valor público das intervenções, com base na cadeia de resultados.

- Formular e implementar mecanismos que assegurem a vinculação efetiva entre os resultados de acompanhamento e avaliação, o planejamento e a tomada de decisões orçamentárias, garantindo a racionalidade financeira na consecução de objetivos e a geração de valor público.

- Incorporar nos instrumentos de planejamento nacionais, setoriais e institucionais sistemas de acompanhamento e avaliação que permitam a revisão da pertinência em sua elaboração, o acompanhamento de seus avanços e a avaliação de seus resultados.

3. Desenvolver capacidades técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP) vinculadas ao acompanhamento e à avaliação, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de avaliação como ferramenta-chave para a aprendizagem e melhoria contínua

Linhas de ação

- Desenvolver capacidades dos responsáveis pela gestão pública para a formulação, uso e integração dos sistemas de acompanhamento e avaliação como ferramenta-chave para a tomada de decisões, melhoria contínua e prestação de contas.

- Capacitar funcionários públicos em diferentes tipos de metodologias para os diversos instrumentos de gestão pública (planos, programas, instituições e projetos), assegurando a aquisição de competências técnicas e estratégicas para sua aplicação efetiva.

- Capacitar funcionários públicos em ferramentas inovadoras e avançadas para o acompanhamento e avaliação (macrodados e inteligência artificial).

- Capacitar funcionários em instrumentos para a gestão baseada em resultados e a melhoria contínua (planejamento por resultados, orçamento por resultados, gestão de programas e projetos).

- Implementar plataformas tecnológicas interoperáveis que facilitem a coleta, a análise e o uso de dados em grande escala, integrando-as aos sistemas institucionais e orçamentários.

- Vincular os resultados de acompanhamento e avaliação com exercícios prospectivos e de projeção de cenários futuros, para prever desafios e orientar o planejamento estratégico.

4. Promover a avaliação integral das políticas públicas através de enfoques intersetoriais e multidisciplinares que permitam uma visão ampla da gestão governamental, favorecendo a sustentabilidade, a participação e a coerência

Linhas de ação

- Desenvolver metodologias e aplicá-las em avaliações intersetoriais e multidisciplinares que ofereçam uma compreensão ampla e holística do impacto e desempenho das políticas públicas.

- Desenvolver avaliações abrangendo todas as etapas do ciclo das políticas (formulação, implementação e resultados no curto, médio e longo prazo).

- Formular e implementar metodologias de avaliação participativa com atores relevantes do setor público, sociedade civil, setor acadêmico e outros interessados.

- Analisar a coerência entre políticas e planos para identificar sinergias, evitar duplicidades e otimizar recursos e esforços institucionais.

5. Implementar estratégias de comunicação acessíveis e compreensíveis que promovam a transparência e a difusão efetiva dos resultados de acompanhamento e avaliação, fortalecendo a participação cidadã

Linhas de ação

- Garantir a publicação dos resultados de acompanhamento e avaliação dentro dos princípios de governo aberto, assegurando a transparência, a acessibilidade e adaptabilidade à diversidade de usuários, e as possibilidades de reutilização da informação.

- Utilizar tecnologias digitais e redes sociais para melhorar a acessibilidade, o alcance e a compreensão da informação por parte da cidadania.

- Desenvolver mecanismos ad hoc para a difusão de resultados, com o uso de linguagens, mensagens e instrumentos adequados segundo o propósito e a população-alvo.

- Fortalecer parcerias estratégicas com o setor acadêmico e organizações da sociedade civil, promovendo avaliações independentes que enriqueçam a análise e proporcionem pluralidade à interpretação do impacto das políticas públicas.

6. Desenvolver e aplicar metodologias inovadoras de avaliação que permitam antecipar e melhorar soluções, incorporando enfoques transversais e diversidade de métodos para fortalecer a qualidade e pertinência das avaliações públicas

Linhas de ação

- Implementar metodologias de avaliação de políticas que permitam testar soluções antes de implementá-las em maior escala.

- Integrar enfoques transversais no planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas, como os de gênero, sustentabilidade ambiental e direitos humanos.

- Ampliar o alcance dos objetos que serão avaliados para incluir regulamentos, leis e outros instrumentos normativos.

- Incorporar uma maior diversidade metodológica, combinando métodos qualitativos com enfoques quantitativos tradicionais.

- Estabelecer mecanismos de retroalimentação direta que permitam a melhoria contínua baseada nas experiências e percepções dos usuários e atores.

C. MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO E GOVERNANÇA DA AGENDA REGIONAL

O mecanismo de acompanhamento e governança da agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe está organizado nos seguintes níveis de coordenação e cooperação: Conselho Regional de Planejamento, Mesa Diretora do Conselho Regional de Planejamento, grupos de trabalho ad hoc e grupo interinstitucional de apoio. A CEPAL, através do ILPES, atua como Secretaria Técnica do Conselho Regional de Planejamento e atuará como secretaria da agenda regional de governança de planejamento e gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe, oferecendo apoio através de pesquisa aplicada, assistência técnica e atividades de capacitação. O ILPES oferecerá apoio aos países para a implementação da agenda regional através do Observatório Regional de Planejamento e da Rede de Planejamento para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Grupos de trabalho ad hoc: Com a função de acompanhar a implementação da agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe, poderão cumprir uma tarefa determinada sob a condução de um ou mais países coordenadores e serão integrados pelo número de países estabelecido em cada caso.

Decide-se estabelecer um grupo de trabalho ad hoc encarregado de elaborar um relatório que permita definir metas e indicadores de acompanhamento, com o fim de que os objetivos propostos contem com resultados quantificáveis e verificáveis para o próximo quinquênio, que será apresentado na XXI Reunião do Conselho Regional de Planejamento.

Grupo interinstitucional de apoio: Integrado por entidades do sistema das Nações Unidas, organizações internacionais e regionais afins para apoiar a implementação da agenda regional de governança do planejamento e gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe nos países e que atue como plataforma de cooperação.

Secretaria Técnica: A CEPAL, através do ILPES, atuará como Secretaria Técnica da agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Oferecerá apoio técnico permanente à Mesa Diretora do Conselho Regional de Planejamento e atuará como instância articuladora e facilitadora da coordenação dos grupos de trabalho ad hoc encarregados do acompanhamento e implementação da agenda regional. A Secretaria Técnica terá a seu cargo a produção de estudos, análise e informação substantiva que orientem a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas na região. Além disso, alinhará suas atividades de assistência técnica e de capacitação de modo a contribuir para a consecução dos objetivos estabelecidos na agenda regional. Em particular, concentrará seus esforços no fortalecimento das capacidades institucionais técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP), entendidas como condições habilitantes para a formulação, execução, legitimação e orientação antecipatória das políticas públicas, para que os quatro eixos estratégicos da agenda regional se traduzam em transformações sustentáveis. Com esse fim, articulará seu trabalho em torno de cinco áreas:

i) Diagnóstico de capacidades institucionais

- Desenvolver ferramentas de análise para mapear as capacidades existentes e as lacunas em cada um dos eixos estratégicos da agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

- Elaborar perfis institucionais integrados que abordem de maneira articulada as quatro dimensões do enfoque das capacidades institucionais técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP) e sirvam como insumo para a tomada de decisões estratégicas.

ii) Formulação de estratégias de fortalecimento

- Formular mapas para o desenvolvimento progressivo de capacidades institucionais em função das prioridades nacionais e dos desafios específicos de implementação.

- Promover reformas organizacionais que habilitem um planejamento e gestão pública mais efetivos e transformadores.

iii) Capacitação e assistência técnica especializada

- Formular programas de formação dirigidos a funcionários públicos em diversos níveis, com foco no fortalecimento das capacidades institucionais técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP) em relação aos desafios indicados na agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

- Oferecer acompanhamento técnico a processos de transformação institucional, fortalecimento de sistemas de informação e desenvolvimento de mecanismos de governança antecipatória e consolidação de uma cultura de avaliação.

iv) Fomento de cooperação e aprendizagem entre pares

- Promover espaços de intercâmbio de experiências e boas práticas entre países e territórios, com ênfase em soluções inovadoras para fortalecer capacidades institucionais.

- Facilitar redes de colaboração regional orientadas ao fortalecimento de instituições públicas para o desenvolvimento sustentável.

v) Acompanhamento e avaliação do fortalecimento institucional

- Estabelecer mecanismos de acompanhamento dos avanços no desenvolvimento de capacidades institucionais técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP) com relação à agenda regional de governança do planejamento e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.